

Amigo cidadão



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Um ditado antigo diz “amigo do rei que o avisa, além de amigo, é bom cidadão”. Ao avisar que o isolamento do PT e do presidente Lula pode levar os eleitores a caírem na tentação por regime autoritário de direita, o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, Kakay, foi amigo e cidadão. Sua manifestação vai além de amizade responsável, alerta que a esquerda não percebeu as transformações tecnológicas, sociais, culturais, econômicas e ecológicas que ocorreram nas últimas décadas, exigindo mudanças nos propósitos e na forma de fazer política. O mundo entrou no século 21, mas ideias da esquerda continuam em séculos passados. Isso não é problema para a direita conservadora, mas é a negação da esquerda progressista.

A esquerda não viu que os trabalhadores do setor moderno foram incorporados entre os beneficiários do progresso capitalista e, no lugar de revolução, agora defendem privilégios que adquiriram e não são distribuíveis a todos. Por isso, na Europa e nos Estados Unidos se opõem aos imigrantes e no Brasil excluem os pobres, tratados como “inmigrantes”, imigrantes sociais. Não percebe que o individualismo consumista move mais vontades e paixões políticas do que o sentimento de classe

e de solidariedade. Demorou a entender os limites ecológicos ao crescimento econômico e, quando passou a falar no tema, defende apenas a conservação da natureza, sem oferecer uma alternativa de bem-estar com sustentabilidade.

A esquerda continua querendo se diferenciar da direita ao prometer política distributiva, sem perceber que, na atual era de limites, a distribuição de benefícios exige sacrifício dos que já foram beneficiados. Não entendeu que a sociedade se divide não apenas entre capitalistas e trabalhadores, mas entre esses dois de um lado e as massas pobres excluídas de outro, em um sistema de apartação: condomínios e favelas, “escolas casa grande” e “escolas senzala”. A esquerda não apresenta esperança que emancipe a população pobre da necessidade de sobreviver graças a bolsas que já são propostas incorporadas pela direita. Não está trazendo esperança para os jovens que preferem a liberdade do empreendedorismo à segurança por leis em que não confiam.

Não percebeu que o avanço técnico que antes gerava abundância por aumentar a produção dos mesmos bens, agora aumenta necessidades por inovar criando novos bens cuja oferta está limitada por razões ecológicas; nem percebeu que o Estado se esgotou fiscal, moral e gerencialmente, não permitindo mais a mágica de oferecer benefícios públicos no presente jogando o pagamento para as gerações futuras, sob forma de depredação da natureza, inflação e dívida. Não entende que a justiça social só caminha sobre economia eficiente que depende da responsabilidade fiscal do governo e do talento e empreendedorismo de indivíduos.

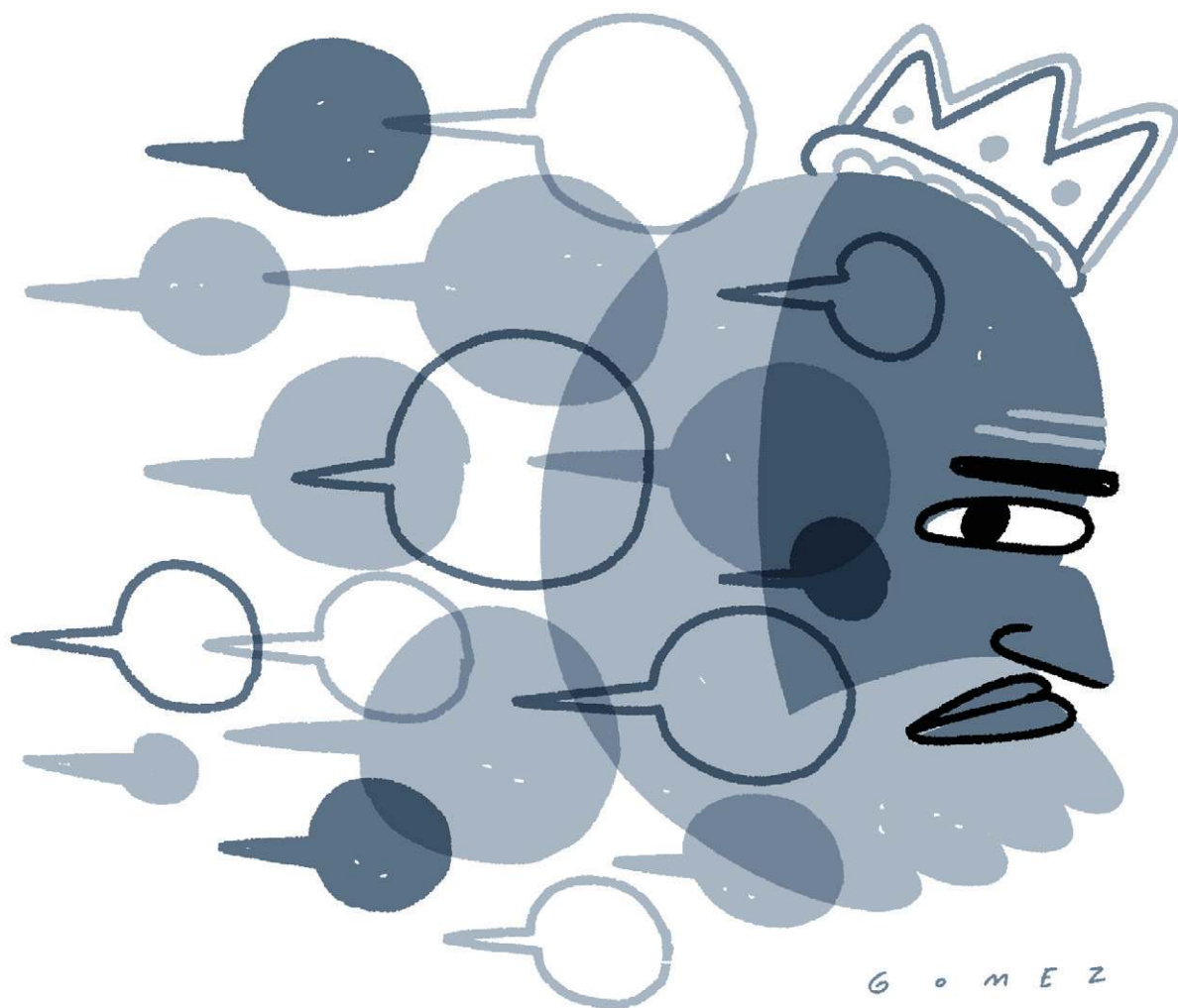
A esquerda não viu que seu fracasso eleitoral

decorre menos de sua incompetência em comunicar-se pelas novas redes sociais e muito mais por falta de propostas, esperanças e sonhos sintonizados com a realidade do individualismo e dos limites de recursos ecológicos e fiscais, que já não permitem aumentar benefícios sem reduzir privilégios, e que a única maneira de avançar a civilização é oferecer uma utopia diferente daquela a que se acostumou e nostalgicamente não ousa livrar-se dela.

Não percebe que, ao optar pelo eleitoralismo de vantagens individuais imediatas, cai no campo em que a direita leva vantagem. Que a defesa de direitos identitários obscurece a percepção da desigualdade que divide cada identidade conforme a classe social do indivíduo. Não percebe que as lúcidas defesas de avanços nos costumes começaram a incomodar aos arraigados valores morais e às crenças religiosas que a população tem o direito de manter.

Não percebeu que uma utopia possível e necessária consiste em acenar com um sistema nacional de educação com qualidade e equidade, independentemente da renda e do endereço, filhos de pobres e ricos na mesma escola com qualidade entre as melhores do mundo. Além da visão do capital monetário, não percebeu os tempos do capital conhecimento, por isso prefere apoiar greves dos trabalhadores da educação que apoiar os interesses dos alunos. Prefere continuar como o partido do sindicato de professores em vez de ser o partido da educação.

Em seu conservadorismo ideológico e apego ao passado, sua prisão ao eleitoralismo e aos privilegiados, a esquerda não parece capaz de entender que o amigo que avisa ao rei é amigo e cidadão.



Cultura em Brasília: acesso a quem do potencial



» JOÃO LEIVA FILHO
Doutor em filosofia (Goldsmiths Universidade de Londres), mestre em cinema (ECAUSP) e pesquisador responsável pelo estudo da JLeiva

» RICARDO MEIRELLES
Jornalista, mestre em teoria e história literária (Unicamp) e pesquisador responsável pelo estudo da JLeiva

Capital do país, Brasília tem índices de acesso a espetáculos de cinemas (51%), bibliotecas (27%), circo (19%) e saraus (14%) pouco acima da média registrada no conjunto das 27 capitais brasileiras, segundo a pesquisa *Cultura nas Capitais*, realizada pela JLeiva Cultura & Esporte. O estudo ouviu 19.500 pessoas com 16 anos ou mais entre fevereiro e maio do ano passado, no maior levantamento quantitativo já realizado sobre os hábitos culturais dos moradores de nossas metrópoles.

Uma comparação com a pesquisa anterior da JLeiva, de 2017, feita com apenas 12 capitais, mostra que o acesso a praticamente todas as atividades culturais caiu. Isso vale para cada uma das capitais pesquisadas em 2017 e 2024, incluindo Brasília. Resultado da pandemia da covid-19 — que fechou os espaços culturais por um longo período e mudou os hábitos da população —, a queda no acesso a atividades culturais fora de casa vem se recuperando nos últimos dois ou três anos. O atual patamar, porém,

ainda se encontra, em muitos casos, abaixo dos índices registrados antes da crise sanitária, principalmente no caso do cinema.

Em Brasília, um dado chama a atenção. Num total de 14 atividades pesquisadas no levantamento mais recente, os resultados ficaram iguais ou abaixo da média das 27 capitais, com exceção das quatro citadas anteriormente. No estudo de 2017, os números da capital federal só bateram a média nacional em quatro das 12 áreas investigadas (circo, biblioteca, shows de música e festas populares). Em bibliotecas, Brasília registrou o maior nível de acesso em 2017.

Há algumas surpresas aí. A principal é que a capital federal tem índices de escolaridade e renda elevados. Como educação e renda são as variáveis que mais influenciam o acesso a atividades culturais, sejam elas “elitistas”, sejam populares, haveria potencial para Brasília estar acima da média, o que não aconteceu em nenhum dos dois estudos. Os resultados de teatro, museus e espetáculos de dança ficaram abaixo da média tanto em 2017 quanto em 2024.

Como a margem de erro, no caso de Brasília, é de quatro pontos percentuais para mais ou para menos, parte da explicação pode simplesmente estar ligada a esse fator. Mesmo levando isso em conta, porém, o acesso fica a quem do que os níveis de escolaridade e renda fariam supor.

Como um paulistano que estacionou por quatro anos no Rio de Janeiro e um campineiro que ficou 20 anos preso nos congestionamentos de São Paulo, não nos aventuramos em ser taxativos na interpretação desses dados, que certamente não têm uma explicação única. Preferimos ficar no campo das hipóteses. Uma redução da oferta de equipamentos e programação cultural em algumas áreas, aliada a uma rede precária de transporte público podem contribuir

para dificultar o acesso da população a algumas atividades. Os agentes culturais e pesquisadores com conhecimento das dinâmicas de Brasília estão certamente mais preparados para analisar os dados.

O ponto positivo, porém, é que existe um claro potencial de crescimento para atividades como teatro, dança e museus. Uma das perguntas do nosso trabalho pede para os entrevistados darem notas de 0 a 10 para seu interesse em ir a essas manifestações. Chamamos de público potencial aqueles que não foram nos 12 meses anteriores à pesquisa, mas que deram notas entre oito e 10 para seu interesse. No caso das três atividades citadas, haveria potencial de dobrar o público. Para shows de música e festas populares, o potencial seria de um crescimento de cerca de 50%.

Um melhor entendimento das dinâmicas que determinam o acesso ou não da população a atividades culturais, muitas delas financiadas pelo poder público, depende de uma base de dados mais robusta. E também de pesquisas quantitativas e qualitativas sobre como a população se conecta com as atividades culturais, e ainda de mapeamentos que deem uma visão mais granular do conjunto da produção cultural em suas diferentes áreas.

É igualmente importante que os dados sejam analisados e interpretados por pesquisadores, agentes públicos e privados. Só assim, eles se tornarão conhecimento. Para entender melhor os resultados da pesquisa em Brasília, realizada por meio da Lei Rouanet, a JLeiva e o Ministério da Cultura realizam hoje, às 8h30, uma conversa aberta ao público, no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Os dados da pesquisa podem ser vistos, e as inscrições (gratuitas), feitas no site www.culturanas Capitais.com.br.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circecunha.df@dabr.com.br

INSS e o elo fraco

Associações sem fins lucrativos, na sua maioria, assim como boa parte das organizações não governamentais (ONG), descobriram, ao longo dos anos em que atuam no Brasil, que a fiscalização na aplicação de suas fontes de recursos, a maioria vinda diretamente dos cofres da União, é feita de maneira displicente — isso é, quando efetivamente feita. Com isso, ao longo de muitos e muitos anos, se convenceram de que podem utilizar seus recursos milionários em atividades distantes muitas léguas daquelas nas quais estão inscritas.

Nesse tipo de negócio em que se transformaram essas entidades, os meios e os fins já não importam. Trata-se de um verdadeiro ninho de vespas, protegido dentro e fora do país. Investigações como as realizadas por CPLs de nada adiantam. Para tornar esse enredo ainda mais nebuloso, muitas dessas entidades contam com forte apoio político, o que impede que a luz do Sol venha clarear esse submundo que se desenvolveu à sombra do poder.

Obviamente que existem nesse meio entidades que operam de acordo com o que mandam as leis. Mas esse é apenas um detalhe mínimo. Talvez por essa razão, os escândalos de má gestão e de desvios nessas áreas não param de acontecer. A diferença é que, agora, a totalidade dessas entidades não é sequer incomodada. E esse é um problema que gera hoje prejuízos na casa de bilhões de reais. Não é por outro motivo que essas entidades miram em setores do país em que os recursos são abundantes e mal fiscalizados.

O resultado se traduz invariavelmente em escândalos de corrupção como o que agora acontece no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Como já é de praxe o INSS, cuja importância para os brasileiros não é equivalente à atenção que deveria merecer dos órgãos de controle, volta ao noticiário em situação que envolve bilhões de reais escoando pelos largos bueiros da malversação de recursos públicos.

A questão agora é que o INSS está sendo acusado de promover descontos indevidos em aposentadorias, feitas compulsoriamente por associações sem fins lucrativos. Pelo que se sabe até agora, entre 2023 e 2024, muitos aposentados e pensionistas tiveram descontos entre R\$ 50 e R\$ 70 todos os meses. Assim, cerca de R\$ 300 milhões passaram a ser desviados das contas dos segurados a cada mês por essas entidades, por meio de Acordos de Cooperação Técnica (ACT).

Ao longo desse tempo em que tem vigorado esse “acordo”, mais de R\$ 9 bilhões foram parar nos cofres dessas entidades nos últimos anos ou simplesmente se desmancharam no ar. Observem ainda que esses foram descontos em folha não autorizados pelos próprios aposentados. Diante desse escândalo de grande proporção, a direção do INSS cuidou de, mais do que depressa, cancelar essas cobranças, visando “proteger os direitos dos segurados”. O instituto nega anuência a fraudes.

O business aqui é saber quem autorizou tais descontos, que, na verdade, só foram interrompidos depois que o escândalo chegou a público. O que parece é que esse descontos iriam durar até que a bolha estourasse. Nesse ponto, “medidas” iriam ser tomadas de pronto, ficando o feito pelo não feito. Ocorre que, nessa pendenga, a Associação Brasileira de Defesa dos Clientes e Consumidores de Operações Financeiras e Bancárias (Abradeb) entrou com uma ação na Justiça Federal contra o INSS, questionando esses descontos, pedindo, nada menos do que R\$ 112,3 bilhões em danos materiais individuais, dano moral coletivo e dano social. Trata-se de uma das maiores ações já feitas no país. O pior, se ainda pode haver piores, é que quem irá pagar essa ação serão os próprios cidadãos e, logicamente, os segurados do INSS, já que, pelo que se sabe, não existe dinheiro do governo e, sim, dos pagadores de impostos.

O que temos pela frente é uma batalha nos tribunais que pode, inclusive, tramitar em segredo de Justiça, dados os valores desviados e os possíveis personagens desse novo escândalo na praça. O que a inteligência e a lógica nos fazem supor é que, nesse mega escândalo, não está envolvido apenas um único personagem, mas um grupo grande e com enorme influência sobre esse tipo de operação. Resta esperar a ação da Justiça, mesmo tardia e com prejuízos certos para a ponta mais fraca desse elo.

A frase que foi pronunciada:

“INSS: Novos Desafios, Novas Conquistas”
Mote do INSS

História de Brasília

Jamais falamos aqui de sua amizade com o ministro San Thiago Dantas. Este foi um assunto do qual nunca nos ocupamos porque cremos que o sr. San Thiago jamais poderia ser amigo do sr. Hélio Fernandes.
(Publicada em 2/4/1962)